

Fronteira da soja no Rio de Janeiro: novas estratégias do agronegócio

Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro



Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
e-mail: danielmlvm@yahoo.com.br

Júlia Adão Bernardes



Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
e-mail: julia.rlk@gmail.com

Resumo

Este trabalho objetiva analisar o recente processo de implementação do cultivo da soja no estado do Rio de Janeiro, buscando compreender a expansão dessa fronteira agrícola em uma antiga região do setor sucroenergético, destacando os fatores de atração e as contradições porventura existentes. O presente artigo divide-se em quatro partes: na primeira, buscamos compreender o papel do Estado, através da EMBRAPA, como indutor da recente territorialização dos grãos na região Norte Fluminense; na segunda, analisamos o caráter dispersor da soja no Brasil, procurando novas áreas para expandir a produção, trazendo o debate teórico das forças centrífugas desse grão; na terceira, levantamos o questionamento sobre as possibilidades da implementação da soja no Rio de Janeiro, levando em consideração os limites existentes para a produção dessa *commodity*; por fim, trazemos o alerta da possível interferência da expansão dos grãos nos assentamentos da reforma agrária já implementados na região, articulando com a teoria de acumulação por despossessão.

Palavras-chave: Acumulação por espoliação; controle de terras; EMBRAPA; fronteira agrícola moderna; Norte Fluminense.

Soy frontier in Rio de Janeiro: new agribusiness strategies

Abstract

This paper aims to analyze the recent process of implementing soybean cultivation in the state of Rio de Janeiro, seeking to understand the expansion of this agricultural frontier in a former region of the sugar-energy sector, highlighting the factors of attraction and the contradictions that may exist. This article is divided into four parts: first, we seek to understand the role of the state, through EMBRAPA, as an inducer of the recent territorialization of grains in the 'Norte Fluminense' region; second, we analyse the dispersing nature of soybean in Brazil, looking for new areas to expand production, bringing up the debate on the centrifugal forces of this grain; third, we raise the question about the possibilities of implementing soybean in Rio de Janeiro, considering the existing limits for the production of this commodity; finally, we warn about the possible interference of the expansion of grains in the agrarian reform settlements already implemented in the region, articulating with the theory of accumulation by dispossession.



This work is licensed under a Creative Commons [Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Keywords: Accumulation by spoliation; land control; EMBRAPA; modern agricultural frontier; North of Rio de Janeiro

La frontera de la soja en Río de Janeiro: nuevas estrategias agroindustriales

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el reciente proceso de implantación del cultivo de soja en el estado de Río de Janeiro, buscando comprender la expansión de esta frontera agrícola en una antigua región del sector azucarero-energético, destacando los factores que la atraen y las contradicciones que pueden existir. Este artículo se divide en cuatro partes: en la primera, buscamos comprender el papel del Estado, a través de la EMBRAPA, como inductor de la reciente territorialización de los granos en la región del Norte Fluminense; en la segunda, analizamos el carácter dispersivo de la soja en Brasil, buscando nuevas áreas para expandir la producción, trayendo el debate las fuerzas centrífugas de este grano; en el tercero, planteamos la cuestión de las posibilidades de implantación de la soja en Río de Janeiro, teniendo en cuenta los límites existentes para la producción de este commodity; finalmente, alertamos sobre la posible interferencia de la expansión de los granos en los asentamientos de reforma agraria ya implantados en la región, articulándonos con la teoría de la acumulación por desposesión.

Palabras-clave: Acumulación por expoliación; acaparamiento de tierras; EMBRAPA; frontera agrícola moderna; Norte de Rio de Janeiro.

Introdução

O agronegócio globalizado vem passando por significativas transformações em função de estratégias de expansão em novas áreas do país e de reestruturações técnicas e normativas, resultando em novas territorialidades. A expansão nesses novos espaços produtivos, estimulados pelo Estado, fomentados e controlados por corporações nacionais, transnacionais e instituições financeiras globais, no âmbito de um intenso processo de busca da competitividade, é acompanhado pelo aprofundamento da divisão territorial do trabalho (Santos, 2022; Bernardes e Castillo, 2019).

No recente processo de expansão das fronteiras agrícolas, capitaneadas pela soja, o direcionamento vem ocorrendo não somente em áreas do Cerrado e da Amazônia. A fronteira da soja encontra possibilidades de implantação em territórios onde antes, outras produções dominavam, a exemplo do recente cultivo da soja no Norte Fluminense, tradicional região produtora de cana-de-açúcar.

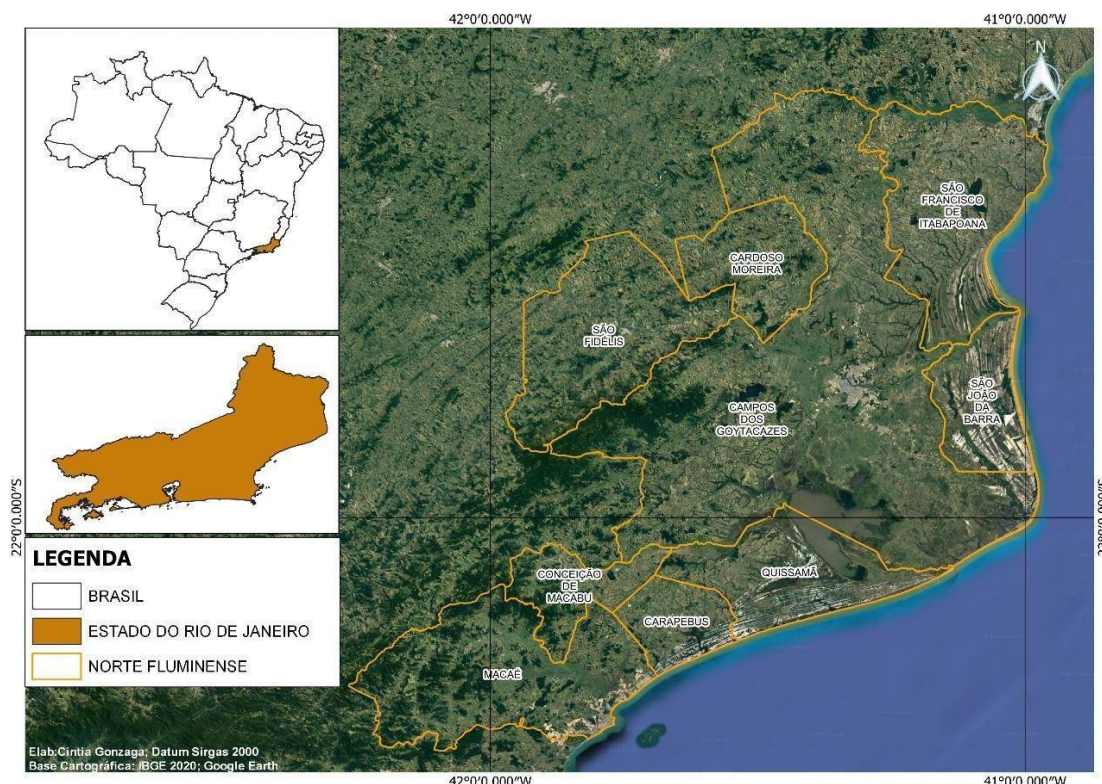
A criação de novos espaços, instrumentos da racionalidade econômica, resultantes de ações passadas e presentes, é consequência, também, de mudanças na base técnica, as quais exigem transformações financeiras, associadas ao processo de concentração e centralização do capital. Santos nos lembra que é através da técnica que se realiza a “objetivação progressiva da atividade racional com relação a um fim” (Santos, 1996, p. 237).

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

A racionalidade atual do agronegócio, no que diz respeito à sua expansão, possibilita que os agentes hegemônicos adquiram maior poder no contexto de acumulação ampliada, através da busca de novas áreas, capitalizando na modernização das atividades produtivas, na circulação e na comercialização.

A região Norte Fluminense (Mapa 1) tende a constituir um exemplo da passagem de práticas arcaicas do cultivo da cana-de-açúcar para práticas modernas na produção de soja. Convém esclarecer, quanto às condições de funcionamento atual do setor sucroenergético, que o quadro crítico que vem se desenvolvendo desde os anos 1970, tende a se agravar, devido à permanência de práticas arcaicas agrícolas. O que vem sustentando o setor sucroenergético, ainda em operação, pode ser atribuído, em parte, à forte convergência entre interesses públicos e privados regionais (Bernardes *et al.*, 2019).

Mapa 1: Norte Fluminense.



Organização: Cintia Gonzaga.

Nesse contexto, o trabalho objetiva analisar o recente processo de implementação do cultivo da soja no estado do Rio de Janeiro, buscando compreender a expansão da fronteira agrícola da soja na antiga região do setor sucroenergético, destacando os fatores de atração e as contradições porventura existentes. É possível identificar no âmbito do desenvolvimento do capital no território Norte Fluminense o que Harvey (2016) denomina de

“ajuste espacial”, na medida em que o capital excedente e a força de trabalho qualificada, porventura necessária, podem ser absorvidos pela nova atividade.

Nesse tocante, utilizamos como principal arcabouço teórico o debate sobre o desenvolvimento do capital através de Harvey (2004, 2011, 2016, 2024), articulando com o que o autor chama de “evolução combinatória”, “ajustes espaciais”, “destruição criativa” e “acumulação por despossessão”; também trabalhamos com a concepção de “meio técnico-científico-informacional” de Santos (1996, 2000) e de “forças centrífugas e centrípetas do agronegócio” de Frederico (2015); além de dialogarmos com os trabalhos publicados pelo Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para nos apropriarmos de debates já desenvolvidos pelo grupo no que se refere ao agronegócio no Norte Fluminense e ao conceito de “fronteira” (Bernardes e Castillo, 2019; Bernardes *et al.*, 2019; Bernardes e Monteiro, 2025; Lima, Pereira e Almeida, 2021; Lourenço, 2020; Monteiro, 2019, 2024; Monteiro e Bernardes, 2024).

Na operacionalização da pesquisa utilizamos os dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) e do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as informações do relatório técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e os elementos concebidos em trabalhos de campo na região.

O presente artigo apresenta quatro partes: na primeira, buscamos compreender o papel do Estado, através da EMBRAPA, como indutor da recente territorialização dos grãos na região Norte Fluminense; na segunda, analisamos o caráter dispersor da soja no Brasil, procurando novas áreas para expandir a produção, trazendo o debate das forças centrífugas desse grão com base em Frederico (2025) e Santos (1996); na terceira, levantamos o questionamento sobre as possibilidades da implementação da soja no Rio de Janeiro, levando em consideração os limites existentes para a produção dessa *commodity*; por fim, trazemos o alerta da possível interferência da expansão dos grãos nos assentamentos da reforma agrária já implementados na região, articulando com a teoria de acumulação por despossessão, efetuada por Harvey (2024).

O papel do Estado brasileiro: a influência da EMBRAPA

O Estado brasileiro sempre estimulou o avanço dos diversos tipos de fronteira agrícola da soja, exercendo competências de extrema importância para o desenvolvimento do setor agropecuário, como a realização de parcela das pesquisas agrônomicas, preparação de força de trabalho, fornecimento do crédito para custeio, investimento na construção e ampliação de sistemas logísticos (ferrovias, rodovias, hidrovias, portos), além da fiscalização do mercado, da concessão de incentivos fiscais e econômicos, da promoção

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

das exportações, entre outros (Santos, 2022; Frederico, 2010; Delgado, 2012). Nesse sentido, como afirma Delgado (2021, p. 109):

A articulação público privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio .

O referido pacto, viabilizou a fluidez dos circuitos espaciais produtivos de *commodities* agrícolas (Santos, 2022). Na medida em que esse destacado setor da economia apresenta um novo perfil, os recentes agentes, dotados de tecnologias de ponta, passam a se movimentar com base, não apenas em renovados horizontes econômicos, mas também institucionais e territoriais, instituindo novas relações e produzindo formas contemporâneas de regionalização, com impactos no campo e na cidade.

Nesse contexto, a EMBRAPA tornou-se um dos principais agentes organizadores incumbidos de criar condições de implementação da produção de soja no estado do Rio de Janeiro. Quando se trata do avanço do agronegócio no Brasil, a EMBRAPA tem atuação direta, não somente na elaboração de pesquisas que envolvem modificações genéticas de adaptações de espécies ao clima tropical brasileiro. Esta empresa estatal está ligada ao planejamento regional, e oferece subsídios para embasar a expansão e fixação do agronegócio em toda extensão territorial brasileira.

As *commodities* agrícolas produzidas no Brasil revelam um reordenamento no território bastante evidente. Os espaços são altamente especializados no que diz respeito às atividades produtivas, estabelecidas de acordo com vantagens competitivas e de certo comportamento padronizado, articuladas a orientações advindas de escalas internacionais, fruto das articulações de um sistema-mundo cada vez mais globalizado. Nesse contexto, Elias (2013) aponta que as Regiões Produtivas do Agronegócio revelam um conjunto de processos socioeconômicos e territoriais inerentes a diversos temas, dentre eles a reestruturação produtiva da agropecuária no que diz respeito à “continuidade do papel do Estado (em diferentes níveis) no fomento à organização das redes agroindustriais” (2013, p. 208).

Recentemente, a EMBRAPA está ligada a duas novas áreas de expansão da soja no Brasil: à AMACRO (acrônimo de Amazonas, Acre e Rondônia) e à SEALBA (acrônimo de Sergipe, Alagoas e Bahia), criando relatórios que replicam o modelo regional de atração de investimentos no setor carne/grãos que ocorreu inicialmente no MATOPIBA (acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Portanto, a empresa constitui um agente fundamental na configuração das fronteiras da soja e, conseqüentemente, na organização territorial brasileira.

O documento “A produção da soja e do milho como um caminho para o desenvolvimento do agronegócio da Região Norte Fluminense” (EMBRAPA, 2021) aponta o estado do Rio de Janeiro com pouca expressão na agricultura nacional e a potencialidade agricultável das terras pouco aproveitadas para o agronegócio. O objetivo do documento foi servir de base para um planejamento que envolva uma cooperação dos setores públicos e privados na estruturação de uma nova cadeia do agronegócio na região. Assim sendo, existem dois pontos importantes em relação ao papel da EMBRAPA que devem ser ressaltados nesse momento: o zoneamento para fins crediários e a ideologia para fins de legitimidade.

Os resultados iniciais do documento elaborado pela EMBRAPA serviram de subsídio para a discussão realizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) com as Secretarias do Estado do Rio de Janeiro de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e a de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento; nesta ocasião revelou-se a área potencial para o cultivo da soja no estado (320 mil hectares, para ser mais específico). Dessa forma, o MAPA aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc) para o Rio de Janeiro, possibilitando acesso dos produtores aos recursos do Plano Safra, o qual objetivava ofertar créditos e incentivar políticas agrícolas para a soja e o milho no estado, a partir da safra de 2023-2024.

O Zarc realizado pela EMBRAPA é uma forma de legitimar que determinadas regiões podem potencialmente vir a ser produtoras de soja. Esse documento é composto por critérios que são definidos de acordo com riscos associados à produtividade agrícola, fornecendo subsídios para que investimentos sejam feitos a fim de promover uma dinâmica maior do agronegócio nas zonas agrícolas indicadas.

Ademais, o papel da EMBRAPA também estimula a emergência de uma psicofera¹ da soja na região. Essa empresa estatal constitui um dos principais agentes estratégicos do agronegócio nacional, propondo sempre legitimar espaços que não estão totalmente convertidos no âmbito da lógica competitiva e produtivista exigida pelos atuais parâmetros do mercado mundial. Dessa forma, as práticas expansionistas do agronegócio, são designadas e apoiadas pela EMBRAPA, revelando que o avanço da fronteira agrícola da soja ocorre de acordo com as diretrizes da empresa, com a finalidade de transformar espaços para que os atores do agronegócio da soja possam exercer o poder e obter lucros, alterando, quase sempre de forma violenta, as dinâmicas e organizações locais.

Vale ressaltar que a expansão do agronegócio ocorre também com ações que estimulam e fortalecem suas bases ideológicas, entrelaçando-as com as políticas necessárias para a expansão do setor, atuando no convencimento através de ações ligadas

¹ Santos (1996).

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

ao imaginário da população local. Como indica Santos (1996), para que uma “tecnosfera” possa ser instalada é necessário que seja paralelamente criada uma “psicosfera”. Os documentos da EMBRAPA dão subsídios essenciais de convencimento para a implantação do novo modelo. De acordo com Monteiro (2024), o agronegócio atua ideologicamente em um elo entre política e cultura. Portanto, torna-se necessário destacar, tanto a construção discursiva do agronegócio da soja do estado do Rio de Janeiro, mesmo que ainda seja muito incipiente, como o sustentáculo institucional da EMBRAPA na promoção de políticas para o avanço dos grãos.

Forças centrífugas da soja brasileira e aniquilação do espaço pelo tempo no Norte Fluminense

É importante destacar que o agronegócio nacional busca expandir suas fronteiras em áreas do país que oferecem possibilidades de acumulação do capital. Segundo Harvey (2004, p. 83), “o capital excedente de um lugar pode encontrar emprego noutro lugar em que as oportunidades de lucro ainda não foram exauridas”. Tal formulação pode ser aplicada à expansão das novas fronteiras agrícolas da soja em antigas áreas do setor sucroenergético, como vem ocorrendo no projeto SEALBA², no estado de Alagoas, em determinadas áreas da Zona da Mata e do Agreste, bem como no Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro.

O agronegócio brasileiro no território nacional atua com forças de dispersão e de concentração. Frederico (2015), com base em Santos (1996), aponta para as forças centrífugas na expansão das fronteiras agrícolas modernas e para as forças centrípetas no comando do setor desde a metrópole de São Paulo. Neste trabalho, o que nos interessa é compreender as forças centrífugas, ou seja, como as fronteiras do agronegócio se expandem e/ou se renovam, de acordo com as possibilidades de acumulação de capital de cada território.

Diferentemente das fronteiras agrícolas que se expandem em direção ao Cerrado e à Amazônia, em um processo contínuo de acumulação por espoliação, ocorre outro movimento concomitante, um processo de reestruturação produtiva em áreas anteriormente espoliadas por atividades agrícolas e pecuárias. Em termos da dispersão, a soja apresenta-se no território nacional como o produto motor de aceleração das transformações da paisagem, tanto no que diz respeito à destruição dos biomas originários brasileiros, como em relação à inserção em regiões de baixo rendimento produtivo do agronegócio nacional.

² Região agrícola delimitada a partir de análises efetuadas pelo Núcleo de Inteligência Territorial da Embrapa Tabuleiros Costeiros. De acordo com a EMBRAPA, possui grande potencial para a produção agropecuária de grãos. Essa região é formada por 171 municípios, totalizando 5.148.941 hectares.

Tratando-se das regiões de baixo rendimento produtivo, surge nos últimos anos uma nova expansão do setor do agronegócio, a chegada dos grãos em tradicionais áreas da cana-de-açúcar. Desenha-se, em algumas regiões brasileiras, um movimento de declínio da área plantada da cana-de-açúcar, substituída pela introdução e expansão da soja, emergindo, dessa forma, o que podemos considerar como novas áreas de fronteira dos grãos, quase sempre com o imbricamento do espaço anteriormente criado pelo setor sucroenergético. O processo recente consiste na introdução de novos agentes em antigas áreas tradicionais da cana-de-açúcar, em outros tipos de formato de inversão de capital, de técnicas de última geração, envolvendo novas escalas de produção, mais adequadas às atuais formas de acumulação.

Diferente da expansão dos grãos no Cerrado e na Amazônia, onde a reprodução do agronegócio está diretamente imbricada com a disponibilidade de terras a baixos preços, no recente processo, os grãos estão sendo introduzidos em áreas mais valorizadas de agricultura consolidada ou de decadência produtiva. Nesse contexto, regiões de cana-de-açúcar constituídas nos históricos processos da formação territorial brasileira, como o Norte Fluminense e a Zona da Mata Nordestina, passaram a receber investimentos associados à expansão da soja.

Dados recentes obtidos pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam a chegada da soja no estado do Rio de Janeiro (Tabela 1) em 2021, especificamente em Macaé; em 2022, em Campos dos Goytacazes; e em, 2023, em Quissamã, três municípios historicamente produtores de cana-de-açúcar que entraram em decadência. O Norte Fluminense vem vivenciando o declínio da área plantada e da quantidade produzida de cana-de-açúcar, além da falência das usinas e da diminuição dos fluxos do setor sucroenergético. Nessa região iniciou-se um processo envolvendo atores do setor público e privado nas tentativas de reestruturação espacial produtiva no âmbito da agropecuária e da agroindústria, voltadas para a produção de grãos, reorganizando os antigos espaços produtivos da cana.

Tabela 1: Área plantada de soja no Rio de Janeiro (em hectares).

Município	2021	2022	2023
Campos dos Goytacazes	-	45	430
Macaé	77	197	276
Quissamã	-	-	50
Total - RJ	77	242	756

Fonte: SIDRA-IBGE (2025). Organização: Daniel Macedo L. V. Monteiro.

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

A racionalidade econômica da tentativa de implantação do setor carne/grãos no Norte Fluminense pode ser explicada por alguns fatores de atração: seja pela proximidade de um dos maiores mercados nacionais do país, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em termos do mercado interno consumidor, ou do Complexo Portuário do Açu, no município de São João da Barra, no que diz respeito às relações com o mercado internacional.

Entretanto, o que podemos apontar como vetor fundamental para a implementação dos grãos na região, é a proximidade e fluidez do setor de transportes, que assumem um papel vital no Norte Fluminense. É o que Marx denominou de “aniquilação do espaço por meio do tempo”. No contexto da globalização essa condição passa a ser fundamental. A logística se torna importante para “a realização da totalidade do processo produtivo, sendo um fato relevante entre os representantes do setor produtivo e do Estado” (Lima, 2015 *apud* Lima; Pereira e Almeida, 2021).

O Porto do Açu já se encontra, de certa forma, inserido na dinâmica da organização do agronegócio no país. Neste porto “já acontece a importação de fertilizantes desde 2020. O projeto também conta com um acordo para a instalação de uma planta de hidrogênio (que serve como insumo para os fertilizantes)” (Costa *et al.*, 2024, p.798), tendo a intenção recente de instalar uma fábrica de fertilizantes nitrogenados com o apoio e os incentivos fiscais do governo estadual. Vale ressaltar que, em 2024, dois novos armazéns foram construídos no Terminal Multicargas (T-Mult) no porto com a ideia de escoar soja e milho produzidos no país.

A logística associada ao Porto do Açu leva a apontar que, assim como nos portos localizados no Norte do Brasil, a soja é implantada tendo o escoamento como um dos principais vetores propulsores de fixação do agronegócio no território nacional. Dessa forma, tanto as exportações dos grãos, como as importações de insumos agrícolas, constituem interesse do agronegócio nacional e das empresas estrangeiras. Aponta-se, mais uma vez, o caráter de uso mercadológico do território. A organização do espaço nacional, passa a ser articulada para atender as demandas internacionais, estimuladas pelos interesses de grupos nacionais. Assim, a burguesia nacional adere à “globalização perversa” (Santos, 2000), sustentando o modelo estrangeiro de expropriação dos bens naturais do país, revelando maior disposição para se agregar aos interesses estrangeiros, do que ao fortalecimento da soberania nacional (Bernardes e Monteiro, 2024).

Os novos fixos e fluxos são comandados pela articulação entre agentes públicos e privados, mas principalmente pelo Estado, na medida em que, como enfatiza Brandão (p. 42, 2010),

os Estados são dominados pelos grandes interesses do poder financeiro e pela força de estruturas empresariais de porte; as propriedades e as fortunas mercantis, fundiárias e imobiliárias, cada vez mais financeirizadas,

continuam a ter papel central no funcionamento do sistema capitalista tanto em termos globais como em nacionais (p. 42, 2010).

A forte atuação do Estado em relação ao agronegócio, tanto no que rege a ativação de políticas públicas em torno do crédito rural, como também da financeirização de pesquisas e de criador de infraestrutura, tornou-se o principal agente propulsor das forças centrífugas das novas fronteiras da soja. No processo de introdução da soja no Norte Fluminense vem sendo fundamental a atuação da EMBRAPA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (PESAGRO) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

O movimento da chegada da soja no estado do Rio de Janeiro, além de estar relacionado às estratégias do Estado, também envolve fortemente os interesses dos agentes privados, principalmente dos antigos proprietários de terras. Na região Norte Fluminense, o predomínio de pastagens, quase sempre degradadas, e de canaviais, com pouca inserção técnica, revelam pouco dinamismo de valorização fundiária no que concerne às áreas agrícolas.

No que tange às especulações fundiárias, as mais expressivas estão ligadas à transformação de antigas áreas pertencentes às usinas falidas do setor sucroenergético em áreas urbanas, uma estratégia das antigas elites canavieiras, como afirmam Bernardes *et al.* (2019). Segundo Conti, Faria e Timóteo (2014), as terras das usinas São João, São José, Santo Antônio, Queimado, Cambaíba e Sapucaia, foram incorporadas ao perímetro urbano. Assim, observamos que, “com a falência de suas indústrias, a elite campista detentora de terras passou a se interessar pela renda fundiária que suas propriedades poderiam lhe proporcionar” (Bernardes *et al.*, 2019, p. 231).

No entanto, recentemente, as referidas elites detentoras de terra viram a possibilidade de valorização dos seus bens com a chegada da soja na região (Imagens 1 e 2). Podemos analisar o movimento atual dessa nova fronteira da soja, não somente visando as divisas oriundas do setor produtivo que os grãos podem proporcionar, mas também a valorização do preço da terra, principalmente daquelas distantes dos núcleos urbanos, apropriando-se, mais uma vez, da renda fundiária, sendo esta, como aponta Delgado (2012, p. 10), um dos “principais motores da acumulação de capital no sistema econômico brasileiro”.

Imagens 1 e 2: Esqueleto da antiga usina Santa Cruz e silo para armazenagem de grãos nas terras da antiga usina.

Fonte: Hugo Alexandre da Silva Rodrigues (2023).

O que diferencia essa nova fronteira da soja das demais em expansão em direção ao norte do país, é que o mínimo de infraestrutura para a difusão da agricultura globalizada já está instalada no território. Devido a investimentos históricos, de certa forma as redes técnicas do Centro-Sul já foram criadas, dando mobilidade e rapidez aos fluxos que o agronegócio exige. O que temos de novo é a necessidade de compreensão dos novos rearranjos territoriais no estado do Rio de Janeiro para atender às demandas do agronegócio do setor carne/grãos.

Torna-se necessário aprofundar o debate sobre como a nova fronteira da soja vem modificando o território no que diz respeito: à instalação de novas infraestruturas, à modificação do urbano para suprir as novas demandas que o novo setor necessita, à capacidade de articular uma nova força de trabalho, à reorganização da estrutura fundiária e à sustentação no que tange à capacidade competitiva.

Limites e possibilidades da soja no estado do Rio de Janeiro: o processo de destruição criativa

A priori, as vantagens da localização espacial, referentes à logística e à proximidade do mercado, atendem às expectativas da expansão do agronegócio. Entretanto, as fronteiras da soja exigem determinadas características que favoreçam a sua expansão e consolidação. No caso do Norte Fluminense, existem limitações em termos do tamanho da propriedade, da qualidade dos solos, das exigências em água para a irrigação, além da declividade relacionada ao relevo.

Tratando-se do tamanho da propriedade é fundamental considerar as exigências tecnológicas dessa atividade e seu elevado custo. Em geral as propriedades voltadas para a produção de soja nas fronteiras do Cerrado e da Amazônia se situam acima de 1 mil hectares, chegando a 10 mil hectares, e até mais. No Norte do Paraná encontramos outra realidade: dominam as pequenas propriedades em torno de 500 hectares, contudo, o latossolo roxo de aparência avermelhada, conhecido popularmente como “terra roxa”, possibilita um rendimento muito elevado³. É importante considerar que o tamanho da propriedade dificulta o acesso à tecnologia, principalmente no que se refere às máquinas plantadeiras e colheitadeiras, de elevado custo, sendo a sua utilização proporcionada pelas grandes cooperativas.

Como ilustra a Tabela 2, no Norte Fluminense praticamente a totalidade dos estabelecimentos agrícolas, cerca de 99,07%, se situam na faixa inferior a 500 hectares, restando apenas 91 estabelecimentos entre 500 e 1.000 hectares e somente 60 acima de mil hectares.

Tabela 2 : Estrutura fundiária do Norte Fluminense (2017).

Tamanho (hectares)	Nº de estabelecimentos	% de estabelecimentos
0 a menos de 10	9.989	60,24
10 a menos de 50	4.785	28,85
50 a menos de 100	797	4,80
100 a menos de 500	859	5,18
500 a menos de 1.000	91	0,54
Acima de 1.000	60	0,36

Fonte: Censo Agropecuário (2017). Organização: Daniel M. L. V. Monteiro.

No Norte Fluminense o tamanho de grande parte das propriedades é muito abaixo de 500 hectares e a qualidade dos solos não se compara aos do Norte do Paraná, o que compromete o rendimento. Em termos de regime pluviométrico, há uma variação de acordo com área, diferenciando sobretudo a pluviosidade de Macaé com a de Campos dos Goytacazes; porém, em grande parte da região, os índices não são suficientemente favoráveis e os terrenos das áreas de possível expansão apresentam alguma declividade. Entretanto, os capitalistas sempre descobrem formas para a remoção de determinadas barreiras. No caso dessa região é possível a instalação de uma cooperativa tecnológica, os solos pouco férteis podem aumentar os seus rendimentos através dos insumos químicos, a

³ São solos mais argilosos com um potencial produtivo maior que os demais, com uma boa retenção de água e de nutrientes, garantindo uma boa produtividade por mais tempo (Monteiro, 2019).

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

irrigação pode ser realizada com uso de pivôs e o nível de declividade não é tão comprometedor.

Vale ressaltar que a “tecnologia como apropriação humana de coisas e processos naturais para facilitar a produção” (Harvey, 2016, p. 230) é um bom exemplo para compreendermos a produção do espaço através da inserção técnica, científica e informacional do agronegócio, desde a produção genética de novas variedades propícias às variações edafoclimáticas distintas, até a conexão instantânea do que ocorre na lavoura através da agricultura de precisão.

Ou seja, em certos ambientes, mesmo não sendo naturalmente favoráveis para a produção da soja, é possível que o capital transforme a precariedade em potencial de acumulação. Harvey (2016) aponta como “evolução combinatória” que novas tecnologias ambientais criam problemas ambientais que, por sua vez, exigem outras novas tecnologias.

Nesse sentido, algumas condições altamente desfavoráveis, através da utilização de novas técnicas, também estimulam a possibilidade de mover mercadorias, pessoas, dinheiro, etc. O capital e o agronegócio em si, transformam a questão ambiental em um grande negócio. É uma dialética do quanto pior para sua reprodução, melhor para movimentar as demandas e as exigências de produtividade, eficiência e competitividade do mercado.

Como vimos, a história do capitalismo no Norte Fluminense é também a história da destruição criativa no contexto da acumulação capitalista, tendo em vista a falência do setor sucroenergético e o possível surgimento do setor carne/grãos. Como anuncia Harvey (2016, p. 143) “o capital tem de ser capaz de suportar o choque da destruição do velho e estar disposto a construir das cinzas uma nova paisagem geográfica”, desenvolvendo o que o autor denomina de “ajustes temporais”. A criação de espaços da soja no estado do Rio de Janeiro pode transformar-se, como aponta o autor, numa

reorganização drástica da paisagem geográfica da produção, da distribuição e do consumo, com as mudanças nas relações de espaço não apenas uma ilustração dramática da tendência do capitalismo para a aniquilação do espaço no decorrer do tempo, mas também implica em ataques ferozes de destruição criativa (Harvey, 2011, p.155).

A acumulação por despossessão: a chegada da soja e a possível interferência nos assentamentos

Para pesquisar o avanço da fronteira da soja em antigas áreas canavieiras do Norte Fluminense, é fundamental a análise de como provavelmente deverá ocorrer o processo de apropriação da terra, caso o setor de grãos de fato se instale. Nessa região as principais possibilidades de uso da terra pela soja, seriam as áreas atualmente ocupadas pela

pecuária extensiva e pela cana-de-açúcar que vêm resistindo desde a grande falência do setor sucroenergético do Norte Fluminense. Entretanto, as antigas áreas das usinas falidas, transformadas em assentamentos, assim como os demais assentamentos, correm o risco de serem cobiçados para o plantio da referida *commodity*.

Dentre as várias práticas de acumulação de capital na contemporaneidade, destacam-se aquelas relacionadas com a despossessão. Harvey (2024, p. 137) as relaciona “à maneira pela qual uma riqueza já acumulada está sendo apropriada ou roubada por certos setores do capital”. O autor explica que, o grande capital se apropria dos pequenos capitais, no âmbito do processo de centralização do capital, constituindo, desta forma, as práticas de acumulação por despossessão. No caso dos assentamentos do Norte Fluminense, estamos utilizando a possibilidade de despossessão dos assentados como uma apropriação na esfera da produção, destinada ao cultivo do setor dos grãos.

Nas fronteiras agrícolas do Cerrado e da Amazônia, dentre os diversos conflitos que são gerados a partir da destruição do avanço do agronegócio, podemos destacar a relação dada na coexistência de modelos de agricultura conflitantes, dentre eles o do agronegócio e o dos assentados. Lourenço (2020) aponta, ao analisar a chegada da soja no Vale do Araguaia-Xingu mato-grossense, que em um mesmo espaço, diferentes atores se enfrentam na luta por recursos, assumindo essa disputa, caráter simbólico, cultural e ideológico.

Nesse sentido, a chegada da soja no estado do Rio de Janeiro deve ser vista como um alerta para os assentamentos. No Norte Fluminense existem 25 assentamentos registrados no INCRA, 10 em Campos dos Goytacazes, 5 em Macaé, 3 em Cardoso Moreira, 3 em Conceição de Macabu, 2 em Carapebus, 1 em São Fidélis e 1 em São Francisco do Itabapoana (Tabela 3). A chegada da soja desperta um alerta na região, principalmente no que se refere à produção agrícola das terras dos assentados.

Tabela 3: Assentamentos do Norte Fluminense.

Município	Nome do Projeto	Área (ha)	Famílias assentadas	Data da ata de criação
Campos dos Goytacazes	PA Terra Conquistada	211,3565	13	28/03/2005
Campos dos Goytacazes	PA Dandara dos Palmares	419,1027	21	28/03/2005
Campos dos Goytacazes	PA Santo Amaro	584,377	38	28/03/2005
Campos dos Goytacazes	PA Oziel Alves I	410,7336	36	19/09/2006
Campos dos Goytacazes	PA Josué de Castro	610,9988	41	11/09/2007
Campos dos Goytacazes	PA Novo Horizonte	4.335,10	264	03/12/1987
Campos dos Goytacazes	PA Zumbi dos Palmares	8.005,29	439	22/12/1997
Campos dos Goytacazes	PA Che Guevara	1.655,33	75	28/02/2000
Campos dos Goytacazes	PA Antônio de Farias	1.221,02	81	05/04/2001
Campos dos Goytacazes	PA Ilha Grande	822,7218	54	08/08/2001

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

Carapebus	PA 25 de março	943,9374	48	31/10/2005
Carapebus	PA João Batista Soares	1.212,95	70	16/12/2008
Cardoso Moreira	PA Paz na Terra	1.052,94	87	28/03/2005
Cardoso Moreira	PA Francisco Julião	606,8879	39	16/11/2006
Cardoso Moreira	PA Chico Mendes	766,961	26	01/11/2007
Conceição de Macabu	PA Zé Pureza	242,2775	17	30/09/2008
Conceição de Macabu	PA Capelinha	1.416,47	106	23/04/1997
Conceição de Macabu	PE Fazenda São domingos	768	103	28/02/2000
Macaé	PA Prefeito Celso Daniel	2.849,48	204	28/03/2005
Macaé	PDS Osvaldo de Oliveira	1.572,68	39	02/04/2014
Macaé	PA Imburo	1.206,38	125	18/03/1987
Macaé	PA Bem-Dizia	1.349,79	55	22/01/1999
Macaé	PIC Macaé	6.103,54	8	30/12/1951
São Fidelis	PA São Fidelis	623,0027	22	30/10/2002
São Francisco de Itabapoana	PA Tipity	920	190	31/10/1991

Fonte: INCRA (2024). Organização: Daniel M. L. V. Monteiro.

Atualmente, alguns assentamentos de Campos dos Goytacazes possuem canaviais que alimentam as usinas do setor sucroenergético que ainda sobrevivem na região. A relação entre os assentados e a cana-de-açúcar, gera uma co-dependência com as usinas (COAGRO, Canabrava e Paraíso)⁴. Na região ainda permanecem algumas relações arcaicas de superexploração:

os atravessadores fazem a intermediação entre os plantadores de cana e a usina, já que esta não aceita receber cana diretamente do produtor. (...) o assentado recebe um recibo pela cana vendida para a usina; entretanto, neste recibo não vem especificado o montante vendido, nem o valor pago pelo ATR (açúcar total recuperável), ou valor da tonelada. O produtor, sem muita escolha, acaba aceitando como verdade o que está escrito naquele recibo (Bernardes *et al.*, 2019, p. 224).

Mesmo a relação sendo de co-dependência da cana, os assentados realizam outros cultivos para consumo próprio e/ou comercialização. Há, de certa forma, alguma autonomia, mesmo que não seja totalmente favorável a eles. Com a chegada do setor dos grãos, correm o risco da perda dessa autonomia, tendo em vista que as forças *operandi* da soja são mais agressivas na ocupação do território.

Por ser um cultivo altamente capitalizado, com necessidade de utilização de técnica mecanizada, com índices de insumos de alto custo, os produtores desse grão serão cada vez mais agentes centralizadores de capital. A soja pode aparecer como ameaça no que se

⁴ Vale destacar que, atualmente, somente duas usinas estão moendo, a Sapucaia (arrendada pela COAGRO) e a Canabrava. A Usina Paraíso foi arrendada pela COAGRO, entretanto passa por reformas para voltar a operar.

refere ao controle territorial sobre o lote do assentado. Vale ressaltar, que a expansão por ser altamente custosa, aproveitará cada espaço disponível.

No documento “A produção da soja e do milho como um caminho para o desenvolvimento do agronegócio da Região Norte Fluminense” (EMBRAPA, 2021) os assentamentos não aparecem como entraves para a produção de grãos, levando a acreditar que todas as áreas agrícolas indicadas são potenciais, ou seja, dentre as terras elencadas encontram-se alguns assentamentos. Alerta-se, portanto, para um possível *continuum* do agronegócio da soja por toda extensão indicada, ameaçando a organização dos assentados.

Práticas de arrendamento, mesmo proibidas nos assentamentos, acabam sendo comuns em áreas cercadas pela soja. Instrumentos de convencimento ideológico de adesão a essa *commodity* são comuns nas estratégias traçadas pela psicosfera do agronegócio nas áreas de fronteira agrícola. Pode-se, portanto, revelar uma ameaça ao modo de vida da comunidade, assim como à perda de autonomia sobre suas próprias terras.

O estudo de Lourenço (2020) no leste mato-grossense, pode evidenciar um alerta possível para o que pode ocorrer no Norte Fluminense; a investigação aponta duas consequências que foram constatadas quando há a conversão de um lote do assentado à produção de soja: a vulnerabilidade na relação com os agrotóxicos aplicados nos lotes que aderem ao grão e uma fragilização dos saberes entre os assentados, tendo em vista que as trocas de saberes são interrompidas, geralmente pelo êxodo da família arrendante para o núcleo urbano. Portanto, os venenos e o arrendamento teriam poder desarticulador, tendo o principal risco o esvaziamento das terras pelas famílias assentadas.

Na atual fase de desenvolvimento técnico, cada vez mais inserida de artificialidade, os discursos dos objetos e das ações correspondem a uma demanda estratégica do que é hegemônico. O uso dos agrotóxicos nos serve de um belo exemplo sobre hegemonia de um modo de produção dito eficiente e competitivo. A rapidez necessária no cultivo e as demandas competitivas externas, atribuem ao produtor a necessidade de ser mais eficiente (Monteiro e Bernardes, 2024, p. 12).

Assim como o apontamento realizado na análise sobre a AMACRO (Monteiro e Bernardes, 2024), consideramos que a fronteira da soja no estado do Rio de Janeiro, também é uma fronteira quimicamente tóxica. Obviamente, no Norte Fluminense a aplicação de veneno coexiste com as plantações de cana, de abacaxi e de demais cultivos, até mesmo dentro dos assentamentos. No entanto, com a chegada dos grãos, a intensificação da aplicação dos insumos químicos deve servir como alerta, não somente ambiental, mas também social. Vale ressaltar, a prática comum do agronegócio na desterritorialização, utilizando os venenos nos conflitos de terra, servindo como instrumento de expulsão de populações que não estão inseridas no mesmo sistema produtivo. Como afirma Bombardi

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

(2011, p. 1), os agrotóxicos se constituem hoje em “uma arma silenciosa contra os direitos humanos”.

No que se refere ao âmbito das práticas de acumulação por despossessão, destacam-se aquelas relacionadas ao processo de acumulação primitiva que “arranca as pessoas da terra, promove o cercamento dos bens comuns e leva à criação de uma força de trabalho assalariada” (Harvey, 2024, p. 137). Diferente do processo descrito acima, deve-se ressaltar que o agronegócio, na atual fase do capitalismo, necessita de pouquíssima força de trabalho nas atividades agrícolas, e a única forma de funcionamento desse setor, é através do uso de maquinário dotado de elevado nível tecnológico, restringindo-se a existência da exploração do trabalho vivo ao operador de um veículo dotado de aparatos articulados a um satélite, no caso das máquinas; ao piloto do avião, que pulveriza as plantações com agrotóxicos e ao operador do pivô, que controla o sistema de irrigação.

Na atual fase tecnológica do processo produtivo, este quadro resume a situação da classe trabalhadora de enxugamento da força de trabalho, na medida em que, “novas tecnologias e conhecimentos se tornam embutidos na máquina, não se encontram mais no cérebro do trabalhador e o trabalhador é escanteado” (Harvey 2024, p.209). Em outras palavras: poucos trabalhadores no agronegócio contemporâneo ao conduzir as máquinas, produzem uma enorme quantidade de mercadorias em pouquíssimo tempo.

É importante destacar as estratégias de convencimento do agronegócio, criando uma psicosfera favorável, acionando o discurso da criação de empregos nos locais onde são instalados, o que constitui uma falácia. Dessa forma, as atividades dos pequenos produtores agrícolas tendem a criar muito mais emprego, na medida em que não utilizam as práticas existentes na monocultura.

Considerações finais

O recente processo de implantação da fronteira da soja no estado do Rio de Janeiro evidencia a expansão de modernas estratégias do agronegócio brasileiro em estruturas arcaicas. É o que apontam Porto-Gonçalves e Alentejano (2009) ao afirmar que a história do Brasil é marcada pela geografia do latifúndio, da monocultura e da escravidão, em contraposição à geografia da liberdade e da diversificação produtiva.

Além de refletir sobre as condições da expansão da fronteira da soja na antiga região do setor sucroenergético, este trabalho também procurou evidenciar as prováveis mudanças que podem afetar a região, principalmente aquelas que vivenciam uma geografia da diversificação produtiva.

Por ser um novo tema, torna-se necessário elencar questões para serem investigadas futuramente, envolvendo a soja no estado do Rio de Janeiro:

DANIEL MACEDO LOPES VASQUES MONTEIRO • JÚLIA ADÃO BERNARDES

- a) Analisar a regulamentação da situação fundiária, tendo em vista as terras dos assentamentos;
- b) Observar a criação de outras eixos logísticos, como os projetos de ferrovias e de novos traçados de rodovias;
- c) Associar as ligações do Porto do Açu com expansão do agronegócio em outros estados, principalmente no Espírito Santo, Minas Gerais e Goiás;
- d) Acompanhar o processo especulativo da terra;
- e) Analisar a possível implementação do setor carne/grãos, os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação;
- f) Compreender as transformações políticas, principalmente da bancada ruralista no estado do Rio de Janeiro.

Referências

BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo. **Espaço geográfico e competitividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

BERNARDES, Júlia Adão, MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; BICALHO, Bruna de Castro Dias; PACHECO, Gleice Kelly de Souza. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019, p. 213-234.

BERNARDES, Júlia Adão, MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Estrangeirização para além da terra: atores transnacionais nos circuitos produtivos e nos círculos de cooperação do agronegócio brasileiro. In: PRELO. Rio de Janeiro, 2025.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39-69.

COSTA, Ana Maria; MONTEIRO, Daniel; GRABOIS, Gabriel; VITTI, Gustavo; WANDERLEY, Luiz; ALENTEJANO, Paulo; LEÃO, Pedro; CORDEIRO, Tássia; SILVA, Thiago; SILVA, Vinícius da. Grandes projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro – O que há de “novo”? **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v. 2, n. 61, p. 776-832, 2023.

CONTI, Eliane França; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Os vazios urbanos versus a função social da propriedade: o papel do plano diretor da cidade de Campos dos Goytacazes. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 151-169, 2014.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Catia Antonia; ARRUZZO, Roberta Carvalho (Orgs.). **Espaço e energia: mudanças no paradigma sucroenergético**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 201-220.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **A produção da soja e do milho como um caminho para o desenvolvimento do agronegócio da região Norte**

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

Fluminense. ZILLI, Jerri Édson; *et al.* (editores técnicos). Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2021.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo do Cerrado:** expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2010.

FREDERICO, Samuel. Economia política do território e as forças de dispersão e concentração no agronegócio brasileiro. **GEOgraphia**, Ano 17, n. 35, p. 68-94, 2015.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2013.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Crônicas anticapitalistas:** um guia para luta de classes no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2024.

LIMA, Ronei Coelho de; PEREIRA, Tiago Campos; ALMEIDA, Edmilson dos Santos. Reestruturação produtiva em Mato Grosso: fluxos da cadeia carne-grãos e a logística da BR-364. In: BERNARDES, Júlia Adão; MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; PEIXINHO, Dimas Moraes; MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes; ARACRI, Luís Angelo dos Santos; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **O setor carne-grãos no Centro-Oeste:** circuitos produtivos, dinâmicas territoriais e contradições. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021, p. 115-132.

LOURENÇO, Taiana Ciscotto Martins. **De desterritorializados sem terra a desterritorializados com terra?** Uma análise dos assentamentos rurais no nordeste mato-grossense, 2020. 293f. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. O processo de regionalização do setor sucroenergético no Norte Central e Noroeste do Paraná: especificidades e contradições. In: BERNARDES, Júlia Adão; CASTILLO, Ricardo (Orgs.). **Espaço geográfico e competitividade.** Rio de Janeiro, Lamparina, 2019, p. 135-158.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. **Geografias dos Discursos Hegemônicos:** estratégias do agronegócio brasileiro na educação. Rio de Janeiro, 2024. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; BERNARDES, Júlia Adão. Avanço do agronegócio na Amazônia: antecipação espacial, processos de espoliação na tentativa de criação da AMACRO e expansão da fronteira agrícola. **Revista NERA**, v. 27, n. 2, e10122, abr.-jun., 2024. <https://doi.org/10.47946/rnera.v27i2.10122>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. **A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos.** Goiânia: Relatório da CPT, 2009.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, Henrique Faria dos. Neoliberalismo e expansão do agronegócio globalizado no Brasil. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 21-46, 2022. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63310>.

Agradecimentos

Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processos SEI E-26/200.983/2022, E-26/204.667/2024 e E-26/200.023/2025.

Sobre os autores

Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro – Graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é pós-doutorando em Geografia pela UFRJ, pesquisador do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB-UFRJ), da Rede de Pesquisa sobre Regiões Agrícolas (REAGRI), do grupo Discurso, Redes Sociais e Identidades Sócio-Políticas (DISCURSO-CPDA-UFRRJ), do grupo Geografia e Povos Indígenas (GEOPOVOS-UFRRJ-IM) e membro do Grupo de Trabalho em Assuntos Agrários (GTAgrária) da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB - Seções Locais Rio de Janeiro e Niterói). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-8584-5162>.

Júlia Adão Bernardes – Graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona. Pós-doutorado pela Universidad Nacional de San Martín, Argentina. Atualmente é Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bolsista nível 1B do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, professor-colaborador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Cientista do Nosso Estado da FAPERJ desde 2012. Coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais (NUCLAMB) na UFRJ e pesquisadora da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas (REAGRI). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-5808-4847>.

Como citar este artigo

MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques; BERNARDES, Júlia Adão. Fronteira da soja no Rio de Janeiro: novas estratégias do agronegócio. **Revista NERA**, v. 28, n. 4, e10922, out.-dez., 2025. <https://doi.org/10.1590/1806-675520252810922>.

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa

Acerca da disponibilidade dos dados da pesquisa, os(as) autores(as) do artigo “**Fronteira da soja no Rio de Janeiro: novas estratégias do agronegócio**” informam que:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

Declaração de Contribuição Individual

O autor **Daniel Macedo Lopes Vasques Monteiro** foi o responsável pelas funções Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Investigação, Metodologia,

FRONTEIRA DA SOJA NO RIO DE JANEIRO: NOVAS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

Gerenciamento de projetos, Programas (softwares), Supervisão, Validação, Visualização, Redação (rascunho original) e Redação (revisão e edição). A segunda autora **Júlia Adão Bernardes** foi a responsável pelas funções Conceitualização, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Gerenciamento de projetos, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Redação (rascunho original) e Redação (revisão e edição).

Recebido para publicação em 31 de março de 2025.

Devolvido para revisão em 24 de agosto de 2025.

Aceito a publicação em 04 de novembro de 2025.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Camila Ferracini Origuela.